

INOVAÇÃO EM COOPERATIVAS

Roberto Rodrigues*

Recente pesquisa organizada pela OCB para conhecer qual a visão das cooperativas quanto à inovação traz interessantes conclusões, cuja ênfase é a clara prioridade deste tema para o movimento cooperativista nacional.

O ponto principal identificado pela pesquisa foi: 84% das coops da amostragem consideram inovação como sendo essencial para seu avanço. Entre os itens prioritários para inovar estão o atendimento aos cooperados, o marketing e a tecnologia.

Está certíssimo! Afinal, cooperativa é, por definição, uma sociedade de pessoas, é propriedade dessas pessoas, e é para elas que a atenção da gestão deve estar dirigida antes de mais nada, para atender a suas demandas e lhes prestar os serviços solicitados para que a missão doutrinária seja cumprida, isto é, “corrigir o social através do econômico”. Daí a importância da tecnologia como instrumento de melhoria de produtividade e de renda. Mais renda viabiliza a escalada social e cultural. E a prioridade para marketing indica a moderna atuação das cooperativas no mercado cada dia mais competitivo.

É, portanto, reconfortante verificar que as modernas lideranças do cooperativismo brasileiro seguem os ditames doutrinários permanentes e se socorrem das mais inovadoras técnicas para cumpri-los.

Do universo de 5300 cooperativas cadastradas na OCB, 474 de todos os ramos foram ouvidas na pesquisa referida. As que mais respostas deram foram as de crédito e as agropecuárias. Não admira: o crescimento das primeiras na oferta de crédito rural vem sendo espetacular e na atual safra já alcança 20% do total tomado pelos produtores rurais!

E as cooperativas agropecuárias respondem por 51% do valor da produção nacional.

Este quadro, por sua vez, encontra eco junto a OCB, que lançou em 2020 um programa chamado Inovacoop, que tem entre seus objetivos a Formação de Agentes de Inovação.

Esta ação faz todo sentido e se junta a medidas remotas, às vezes esquecidas, que alavancaram estes avanços todos.

Uma delas, talvez a mais importante, foi a mudança obtida com a auto-gestão a partir da Constituição de 1988. Até aquela data quem quisesse montar uma cooperativa precisava de uma Autorização de Funcionamento - AF, concedida pelo Governo Federal através do INCRA. Esta discriminação absurda - porque só se exigia de cooperativas e de nenhum outro empreendimento - foi eliminada com o inciso XVIII do artigo 5 da Carta Magna, que vedou a intervenção do Estado na constituição de funcionamento das cooperativas.

Essa “libertação” tão sonhada pelo movimento deu origem a uma evidente contrapartida: responsabilidade! Foi então que teve espaço a auto-gestão, conceito trazido do Paraná pelo eminente líder Guntolf Van Kaick. O próprio movimento tinha que se fiscalizar!

Alguns anos mais tarde surgiu o S do cooperativismo, o SESCOOP, viabilizando a condução em nível nacional e nos estados, de centenas de cursos de capacitação de gestores e dirigentes para as cooperativas.

As novidades em inovação são estimulantes para este movimento essencial para a inclusão social e empresarial de grande parcela de pequenos agentes da economia.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**